

Bancadas não definem mudança no Orçamento

JORNAL DO BRASIL 04 JUL 1991

BRASÍLIA — O Congresso definirá na segunda-feira o poder dos políticos de modificar a proposta de Orçamento da União para 1992. Depois de seis horas de reunião, o máximo que se conseguiu foi um acordo das oposições — PMDB, PSDB, PSB e PT — estabelecendo que os parlamentares podem remanejar 50% das verbas destinadas a investimento e despesas de capital (os novos projetos do governo), 15% dos recursos previstos para obras já em andamento e apenas 3% das dotações de custeio. O representante do bloco governista (PFL-PRN), Messias Góis (PE), defendeu a proposta do relator, deputado João Alves (PFL-BA), que limita a 1% o remanejamento nas dotações de custeio e a 2% os investimentos, mas prometeu estudar a proposta das esquerdas.

“Essa proposta é inaceitável. Vou fritar o porco em sua própria banha”, reagiu Alves, irônico, já que os recursos previstos para investimento — US\$ 9,7 bilhões — são apenas uma hipótese de gastos no ano que vem. “Eu faço uma matemática, fazendo de conta que dou 50%, e dou 20%”, antecipou Alves, prometendo “melhorar” os percentuais.

Muito pouco — Com esta frase, o relator confirmou a suspeita de um dos deputados presentes à primeira rodada de negociações ontem de manhã, quando supôs que o PMDB ensaiava um acordo com o governo. É que o líder do PMDB na Câmara, Genebaldo Correia (BA), surpreendeu a oposição na Comissão de Orçamento, com a proposta de permitir emendas que remanejam apenas 20% das dotações de investimento. “Mas 20% é muito pouco para o Congresso participar da definição das prioridades de investimento”, contrapôs o deputado Sérgio Machado (PSDB-CE), defendendo a liberdade do Legislativo para mexer nesses recursos.

“Na prática, limitar mudanças em 20% inviabiliza qualquer alteração significativa na proposta orçamentária do governo”, protestou Paulo Hartung (PSDB-ES). Segundo o líder do PSDB na Câmara, José Serra (SP), qualquer limite na rubrica de investimentos é inconstitucional. “A Constituição proíbe alterar as verbas destinadas a pagamento de salários, ao serviço da dívida do governo e às transferências a estados e municípios, além da criação de novas despesas.”

Os Ciacs, para os quais o orçamento reserva US\$ 1,3 bilhão, estão fora das negociações de líderes. O PDT, que só compareceu à primeira rodada de negociações, sustentou a proposta de excluir os Ciacs do entendimento. O deputado Sérgio Gaudenzi (PDT-BA) insistiu na necessidade de manter intacto o programa e sugeriu às lideranças que assumissem o compromisso de não tirar um centavo. Só nessa condição o PDT fecharia com a oposição. Como a tese foi rejeitada, Gaudenzi nem sequer compareceu à reunião. O relator também teve seu poder reduzido. A possibilidade de Alves apresentar substitutivo para os relatórios parciais da comissão foi cassada pelas lideranças.